



SPC Identidade Digital S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2022

Com o relatório dos auditores independentes

SPC IDENTIDADE DIGITAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas
SPC Identidade Digital S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPC Identidade Digital S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPC Identidade Digital S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2023.

Crowe Macro Auditores Independentes

CRC-2SP031004/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Fábio Debiaze Pino". The signature is written in a cursive style and is positioned above the printed name and title.

Fábio Debiaze Pino

Contador- CRC1SP 251154/O-9

SPC Identidade Digital S.A.Balanças patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	133.604	51.527	Fornecedores	9	36.131	1.773
Contas a receber	5	4.942	9.705	Obrigações tributárias	10	-	2.022
Impostos a recuperar	6	850.057	849.444	Obrigações trabalhistas	11	12.511	-
Outros créditos	7	1.034	196	Outras obrigações	12	233.232	15.000
		989.637	910.872			281.874	18.795
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	8	2.309	2.736	Capital social	13	600.000	600.000
		2.309	2.736	Reserva legal		100.715	100.715
				Lucros acumulados		9.357	194.098
						710.072	894.813
Total		991.946	913.608	Total		991.946	913.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Identidade Digital S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita líquida	14	64.805	56.888
Custos	15	(33.593)	(2.964)
Lucro bruto		31.212	53.924
Despesas			
Administrativas	16	(11.604)	(10.231)
Com serviços	17	(80.987)	(120.330)
Com pessoal	18	(126.941)	(294)
Outras despesas líquidas		1.553	-
		(217.979)	(130.855)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(186.767)	(76.931)
Resultado financeiro líquido	19	2.026	(1.092)
Prejuízo líquido do exercício		(184.741)	(78.023)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Identidade Digital S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(184.741)	(78.023)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(184.741)</u>	<u>(78.023)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Identidade Digital S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em reais (R\$)

	Capital social	Reserva Legal	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro 2020	600.000	100.715	272.121	972.836
Prejuízo do exercício	-	-	(78.023)	(78.023)
Saldo em 31 de dezembro 2021	600.000	100.715	194.098	894.813
Prejuízo do exercício	-	-	(184.741)	(184.741)
Saldo em 31 de dezembro 2022	600.000	100.715	9.357	710.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Identidade Digital S.A.Demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(184.741)	(78.023)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	427	426
Valor residual na baixa de imobilizado	-	1.677
Perdas esperadas com credores de liquidação duvidosa	-	394
	<u>(184.314)</u>	<u>(75.526)</u>
Variações em ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	4.763	3.339
Impostos a recuperar	(613)	(279)
Outros créditos	(838)	18.270
Partes relacionadas (fornecedores e reembolso de despesas)	20.627	-
Fornecedores	765	431
Obrigações trabalhistas	12.511	-
Obrigações tributárias	(2.022)	1.138
Outras obrigações	355	15.000
Caixa aplicado das atividades operacionais	<u>(148.766)</u>	<u>(37.627)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos com partes relacionadas	230.843	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>230.843</u>	<u>-</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>82.077</u>	<u>(37.627)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	51.527	89.154
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	133.604	51.527
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>82.077</u>	<u>(37.627)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A SPC Identidade Digital S.A. (“Companhia”), anteriormente 2A Certificação Digital S.A., razão social alterada em 26 de março de 2019 conforme aprovado em assembleia de acionistas, tem por objeto social a prestação de serviços de informações cadastrais, comportamentais, mercadológicas e de proteção ao crédito, com o arquivamento, processamento, beneficiamento, tratamento e disponibilização, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas.

A Companhia também poderá atuar no desenvolvimento e exploração de soluções de meios de pagamento em geral, próprias ou de terceiros; desenvolvimento, distribuição, consultoria, cessão e licenciamento de direito de uso de software próprio ou de terceiros; e a intermediação, o desenvolvimento e a disponibilização de soluções tecnológicas que tenham por objetivo o apoio às diversas fases dos ciclos de negócios dos diferentes segmentos de atividade econômica em operação no Brasil e no exterior, seja através da análise de risco ou de oferta de informações combinadas ou isoladas.

Plano estratégico

Devido a alterações ocorridas no segundo semestre de 2019 na legislação suporte para a operação de certificação, a administração da Companhia optou por encerrar todas as filiais de atendimento direto ao público e transferiu tal operação para o SPC Brasil. A SPC Identidade Digital atualmente atende apenas as vendas de certificados através da plataforma digital, originando assim a redução das receitas, respectivos custos com insumos, custos com pessoal e demais despesas administrativas, assim como das obrigações ligadas a parceria.

Pandemia COVID-19

Nenhum impacto adverso material na continuidade dos negócios foi identificado como resultado da pandemia COVID-19, bem como das estimativas contábeis feitas, seja no âmbito da recuperação de ativos, seja na medição do valor justo, contingências de ativos e passivos, reconhecimento de receitas e provisões para perdas esperadas. A administração acompanha o andamento da pandemia no Brasil e no mundo.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 13 de março de 2023.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.2 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera; as principais fontes geradoras de caixa e despesas são originadas em R\$ (reais), desta forma considera-se como moeda funcional a moeda local (reais). Todas as informações financeiras apresentadas em reais tiveram os centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais prática contábeis

3.1 Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / NBC TG 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 4) classificadas ao valor justo por meio do resultado, além de contas a receber (Nota explicativa nº 5) e outros créditos (Nota explicativa nº 7), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por fornecedores (Nota explicativa nº 9) e outras obrigações (Nota explicativa nº 12), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco liquidez, cujas taxas são compatíveis com as de mercado, estando ao seu valor justo e de realização.

3.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao preço da transação, deduzidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

3.4 Ativo imobilizado

Avaliado pelo custo de aquisição, combinado com a dedução da sua depreciação, que foi calculada pelo método linear, as taxas mencionadas na Nota explicativa nº 8.

3.5 Ajuste a valor presente

São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não foram identificados ajustes dessa natureza.

3.6 Redução ao valor recuperável de ativos (não financeiros)

A administração analisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essa evidência é identificada e o valor líquido contábil excede o valor recuperável, uma estimativa para redução ao valor recuperável do ativo é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.7 Fornecedores

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos de tais passivos, acrescido das variações cambiais, quando aplicável, incorridas até a data do balanço.

3.8 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor das operações e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que sejam necessários benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa da quantidade pode ser feita. A despesa ou reversão relativas a quaisquer provisões são reconhecidas no resultado do exercício.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, ambos reconhecidos na demonstração do resultado, quando aplicável. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece também provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Em 2021 e 2020 a Companhia foi tributada pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240.000,00 e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

3.11 Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, líquida de descontos e impostos ou encargos relacionados. A receita não é reconhecida se houver incerteza significativa quanto à sua realização.

3.12 Novas normas, alterações e interpretações

Em 2021 e 2022, o IASB emitiu/revisou determinadas normas IFRS, que devem ser adotadas a partir de o exercício de 2021, as quais estão reproduzidas abaixo:

- **Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante:** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2023.

- **Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020:** efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2022.

- **Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado:** Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2022.

- **Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso:** Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2022.

- **Alteração da norma IFRS 3:** Referências a estrutura conceitual. Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2022.

- **Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis:** Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2023.

- **Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis:** Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2023.

- **Alteração da norma IFRS 16 – Arrendamentos:** Define o tratamento de mudanças em contratos de arrendamento mercantil que tenham relação direta com a pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de abril de 2021.

- **Alteração da norma IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2023.

A administração da Companhia avaliou as novas normas (em vigor e ainda não vigentes) e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	11	11
Aplicações financeiras	133.593	51.516
Total	133.604	51.527

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras incluem certificados de depósitos bancários e títulos emitidos e compromissados de instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Estão sendo classificadas no caixa e equivalentes caixa por serem aplicações automáticas, com possibilidade de resgate imediato, e não haver risco de mudança de valor caso o mesmo ocorra.

5. Contas a receber

Descrição	2022	2021
Duplicatas a receber	982.732	987.495
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(977.790)	(977.790)
Total	4.942	9.705

O registro da perda esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é realizado como redutora das duplicatas a receber, em contrapartida ao resultado do exercício.

O método adotado pela Companhia foi o de identificar os títulos vencidos e realizar uma análise individual com base no histórico de relacionamento entre a Companhia e cada cliente. De posse dessa análise, a administração julga o risco de perda na liquidação de cada título.

A tabela a seguir resume a movimentação da PECLD em 2022:

Saldo em 31/12/2021	Perda esperada no período	Reversão	Realização	Saldo em 31/12/2022
(977.790)	-	-	-	(977.790)

A tabela a seguir resume a movimentação da PECLD em 2021:

Saldo em 31/12/2020	Perda esperada no período	Reversão	Realização	Saldo em 31/12/2021
(977.790)	(394)	-	394	(977.790)

6. Impostos a recuperar

Descrição	2022	2021
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	610.705	610.705
CSLL – Contribuição social sobre o lucro líquido	220.085	220.085
Imposto de renda sobre rendimentos financeiros	19.267	18.654
Total	850.057	849.444

A Companhia optou pela modalidade de tributação denominada lucro real por estimativa mensal em 2018 e recolheu valor superior ao devido no fechamento do exercício. Em 2021, 2020 e 2019 optou pela modalidade lucro real trimestral e não realizou a compensação de tais valores devido à redução operacional e consequente ausência de lucro nas apurações realizadas a partir do segundo semestre de 2019.

A administração da Companhia, com base na expectativa de gerar lucro a partir do exercício de 2023, após voltar a operar a venda de serviços de emissão de certificados digitais, irá realizar processo de compensação de tais valores junto à Receita Federal.

7. Outros créditos

Descrição	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores	1.034	196
Total	1.034	196

8. Ativo imobilizado

Descrição	Taxa % a.a.	2022		2021	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	4.262	(1.953)	2.309	2.736
				2.309	2.736

Movimentação do exercício de 2022

Descrição	2021	Adições	Baixas	2022
Máquinas e equipamentos	4.262	-	-	4.262
Depreciação acumulada	(1.526)	(427)	-	(1.953)
Total	2.736	(427)	-	2.309

Movimentação do exercício de 2021

Descrição	2020	Adições	Baixas	2021
Máquinas e equipamentos	4.262	-	-	4.262
Equipamentos de informática	1.899	-	(1.899)	-
	6.161		(1.899)	4.262
Depreciação acumulada	(1.322)	(426)	222	(1.526)
Total	4.839	(426)	(1.677)	2.736

9. Fornecedores

Descrição	2022	2021
SPC Brasil	33.593	-
IUGU	677	-
Associação das autoridades certificadoras	-	1.482
Outros	1.861	291
Total	36.131	1.773

10. Obrigações tributárias

Descrição	2022	2021
ISS	-	66
COFINS	-	1.362
PIS	-	296
Impostos retidos sobre serviços tomados	-	298
Total	-	2.022

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

11. Obrigações trabalhistas

Descrição	2022	2021
Férias a pagar	3.303	-
INSS a recolher	3.251	-
FGTS a recolher	471	-
Assistência médica	1.320	-
Seguro de vida	14	-
IRRF sobre salários	378	-
Provisão de férias e encargos	3.774	-
Total	12.511	-

12. Outras obrigações

Descrição	2022	2021
SPC Brasil	232.877	15.000
Adiantamento de clientes	355	-
Total	233.232	15.000

12.1 Partes relacionadas

Descrição	Natureza	Vencimento	2022	2021
SPC Brasil	Reembolso despesa	-	2.034	15.000
SPC Brasil	Mútuo	20/12/2023	230.843	-
Total			232.877	-

Os mútuos com partes relacionadas não possuem remuneração.

13. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 600.000,00, representado por 600.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista, a Serviços Para o Comércio do Brasil S.A.

14. Receita líquida

Descrição	2022	2021
Venda de serviços	75.691	67.438
Deduções da receita		
ISS	(3.779)	(3.372)
PIS	(1.264)	(1.113)
COFINS	(5.843)	(5.131)
Serviços cancelados	-	(934)
Total	64.805	56.888

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

15. Custos

Descrição	2022	2021
Custos com insumos para a prestação de serviços	(33.593)	(2.964)
Total	(33.593)	(2.964)

Refere-se ao custo de Safeweb Segurança da Informação, Autoridade Certificadora (AC) de 1º nível. O certificado digital funciona como uma identidade virtual que permite a identificação segura e inequívoca do autor da mensagem ou transação feita em meios eletrônicos, como web. Esse documento eletrônico é gerado e assinado por uma terceira parte confiável, ou seja, uma AC que, seguindo regras estabelecidas pelo comitê gestor da ICP-Brasil, associa uma entidade (pessoa, processo, servidor) a um par de chaves criptográficas. Os certificados contêm os dados de seu titular conforme detalhado na política de certificado de cada autoridade certificadora.

16. Despesas administrativas

Descrição	2022	2021
Taxa de fiscalização de estabelecimento	(2.521)	(178)
Associação de classe	(4.940)	-
Depreciação	(427)	(426)
Perdas esperadas com credores de liquidação duvidosa	-	(394)
Outras despesas	(3.716)	(9.233)
Total	(11.604)	(10.231)

17. Despesas com serviços

Descrição	2022	2021
Assessoria contábil	(51.576)	(62.908)
Licença de uso de software (certificados comercializados)	(1.192)	(1.898)
Sistemas	(1.477)	(936)
Outros prestadores	(26.742)	(54.588)
Total	(80.987)	(120.330)

Na rubrica de despesas com Licenças de uso de software encontram-se classificados os gastos com os sistemas utilizados pela operação para a venda (pedidos de certificados) e gestão da operação (comunicação com a Safeweb).

18. Despesas com pessoal

Descrição	2022	2021
Salários	(51.326)	-
INSS sobre folha de pagamento	(16.663)	-
Férias e 13º salário	(11.860)	-
Vale-refeição e vale-transporte	(18.906)	-
Rescisões de contratos de trabalho	(6.800)	-
FGTS sobre folha de pagamento	(4.291)	-
Assistência médica e odontológica	(14.040)	-
Diárias de ajuda de custo	(2.700)	-
Outras despesas com pessoal	(355)	(294)
Total	(126.941)	(294)

19. Resultado financeiro líquido

Descrição	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	5.085	1.308
	5.085	1.308
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(2.932)	(2.140)
Multas e juros por atraso	(127)	(260)
	(3.059)	(2.400)
Total	2.026	(1.092)

20. Imposto de renda e contribuição social

A operação da Companhia no exercício apresentou-se deficitária em todos os trimestres, não tendo sido apurados ou recolhidos Imposto de Renda ou Contribuição Social sobre seu resultado.

21. Contingências

A administração efetua uma avaliação dos riscos envolvidos nos processos nos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é efetuada com base na opinião dos assessores jurídicos.

A avaliação é classificada entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho e determina os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como perdas prováveis e divulgadas em notas explicativas as contingências classificadas como perdas possíveis. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia valores classificados como perda provável para fins de constituição de provisão, e como perda possível para fins de divulgação dessas informações.

22. Gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e capital.

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

23. Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo não circulante e mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

24. Eventos subsequentes

Conforme destacado na nota explicativa nº 1 a Empresa permanece monitorando a pandemia do COVID-19 e, até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, nenhum impacto adicional foi identificado. Além disso, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram demais fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.
